

Do “comício que não houve” à marcha da vitória: a deflagração do golpe civil-militar em Alagoas

Rodrigo José da Costa*

Resumo

Pretendemos neste artigo fazer uma exposição da pesquisa realizada sobre a deflagração do golpe civil-militar de 1964 em Alagoas. A partir do uso das fichas pessoais da Delegacia de Ordem Pessoal, Social e Econômica – DOPSE, e da pesquisa feita no jornal **A Voz do Povo**, editado pelo PCB em Alagoas, e dos jornais da grande imprensa alagoana do período, buscamos fazer uma análise das greves e campanhas políticas e sociais realizadas em 1964, bem como da repressão sofrida pelos trabalhadores e pelos grupos de esquerda em geral, chamando atenção para as peculiaridades do caso alagoano. A atuação cada vez mais intensa dos grupos de esquerda em Alagoas, no início da década de 1960, foi alvo de uma forte repressão policial comandada pelo governador do Estado, o major Luiz Cavalcante. A partir dos eventos narrados nos jornais pesquisados, que culminaram no comício de 29 de março de 1964, procuramos mostrar a mobilização dos grupos de esquerda no referido período, bem como as medidas repressivas do governador para conter a atividade desses grupos.

Palavras-chave: Golpe civil-militar; História de Alagoas; Trabalhadores; Greves.

Nesses cinquenta anos que nos separam daquele abril de 1964, muitas tentativas de explicação foram formuladas, principalmente pela renovação que o tema viu emergir a partir da década de 2000, com as pesquisas que se dedicaram a diversos aspectos do governo João Goulart, bem como dos trabalhos que privilegiaram a atuação dos setores nacionalistas e de esquerda, do PCB e dos trabalhadores.

Algumas formulações, como a do historiador Caio Navarro Toledo, afirmam que:

O movimento político-militar de abril de 1964 representou, de um lado, um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por amplos setores da sociedade brasileira e, de outro, representou um golpe contra a incipiente democracia política burguesa nascida em 1945, com a derrubada da ditadura do Estado Novo. (TOLEDO, 2004a, p. 13).

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL).

No contexto da produção recente a respeito do golpe civil-militar de 1964, a obra de Toledo, assim como uma série de outros trabalhos, tem direcionado os rumos das interpretações sobre o governo João Goulart e seus desdobramentos (DELGADO, 2004).

Jango, como era conhecido, foi um dos principais líderes trabalhistas brasileiros, seu mandato presidencial, contudo, foi marcado por forte efervescência e instabilidade política (MATTOS, 2004; FICO, 2004; TOLEDO, 2004b). Na verdade, manifestações sociais mais autônomas, que sempre foram mal absorvidas pelo processo político brasileiro, no governo de João Goulart cresceram em número e diversidade, além de ganharem maior densidade e capacidade de pressão. Na esfera da sociedade civil, no campo do reformismo social, destacaram-se, por exemplo, a atuação cotidiana das ligas camponesas, do movimento estudantil e das organizações sindicais. Em uma conjuntura marcada pela Guerra Fria, o crescimento expressivo de manifestações organizadas por essas associações, que reivindicavam reformulações expressivas nas políticas públicas sociais e na relação governamental com os investidores estrangeiros, contribuiu para o adensamento de uma polarização política, bastante peculiar àquele tempo, de dicotomia internacional (FERREIRA, 2008).

Como presidente, João Goulart atuou, com firmeza, no escopo da democracia política, pela efetivação de uma democracia social no Brasil. Tal orientação governamental, apesar de considerada moderada por alguns segmentos do movimento social nacionalista e reformista, trouxe real desconforto aos conservadores que com ela não concordavam. Destacaram-se, entre eles, a União Democrática Nacional (UDN), setores das Forças Armadas, a Igreja Católica conservadora, os ruralistas, grande parte do empresariado nacional e investidores internacionais, que se uniram em forte atuação para desestabilizar o governo Goulart, culminando com o golpe que o destituiu da presidência da República.

Pesquisas recentes procuram analisar a conjuntura imediatamente anterior ao golpe civil-militar em determinadas regiões, focando sua atenção em locais específicos. Daí que nosso objetivo neste artigo é fazer uma exposição sobre a deflagração do golpe civil-militar em Alagoas, privilegiando a relação entre o Governo do Estado e as classes trabalhadoras. Procuramos oferecer uma nova maneira de se pensar os embates políticos daquele início da década de 1960, já que as pesquisas tendem a concentrar suas atenções para regiões específicas, como o eixo Rio-São Paulo, os estados de Minas Gerais e Rio

Grande do Sul, e, no nordeste, o estado de Pernambuco, deixando de lado a contribuição dos outros locais para os acontecimentos que se sucederam.

Diálogos com a produção

Nas últimas décadas, a bibliografia que trata do governo João Goulart e do golpe civil-militar cresceu significativamente. Nesse sentido, procuramos apontar alguns dos autores que trouxeram novas contribuições para o entendimento do golpe e de seus antecedentes, são eles os historiadores Caio Navarro de Toledo (1997, 2006), Lucília de Almeida Neves Delgado (1997, 1989), Jacob Gorender (1990) e Rodrigo Patto Sá Motta (2002). Suas ideias convergem quanto ao entendimento de que a principal motivação do golpe que depôs o governo constitucional, empossado em 1961, foi o forte descontentamento de setores conservadores da política brasileira com a crescente e autônoma organização da sociedade civil naquela circunstância.

As análises desses autores mesclam horizontes de longa duração com motivações conjunturais, mas também enfatizam que os militares e civis que depuseram João Goulart agiram impulsionados por uma perspectiva preventiva. Isso porque o projeto de reformas de base, inclusive os da reforma agrária e do controle da remessa de lucros, ensejou nos setores conservadores o temor de uma revolução social. Essa convicção e temor de que o Brasil poderia adotar um modelo distributivo, ou até mesmo caminhar em direção ao socialismo, levou-os a se organizarem para pôr fim ao governo Jango. Os autores mencionados aprofundam essa análise que identifica a ruptura política de 1964 como contrarrevolução, o que impediu a transição de uma democracia restrita para uma democracia ampliada. No escopo de sua argumentação, tais obras também reforçam ideias que qualificam o Governo Goulart como “incompetente”, “tíbio” e “débil”, portanto, incapaz tanto de evitar como de reagir à intervenção militar conservadora.

Caio Navarro de Toledo enfatiza que: primeiro, a instituição de um regime autoritário no Brasil, em 1964, foi decorrente de fatores conjunturais, como crise na economia, ampla mobilização política das massas populares, fortalecimento dos movimentos operário e camponês, crise do sistema partidário e a luta de classes decorrente da defesa de projetos dissonantes para o Brasil. E, segundo, o governo João Goulart nasceu sob o signo do golpe e não conseguiu, apesar de seus esforços, angariar qualquer apoio das classes dominantes. Por outro lado, sofreu crescente pressão dos

movimentos populares que reivindicavam maior agilidade na adoção das reformas de base. Diante do impasse, em um contexto de forte tensão, acabou por tomar uma posição ofensiva e decidiu implementar as reformas reivindicadas pelos trabalhadores. A expressão maior dessa orientação política, adotada após tentativas de construção do consenso, foi o anúncio de medidas reformistas no Comício de 13 de março de 1964.

Delgado também entende que o caráter preventivo do golpe efetivou-se por uma articulação precisa dos setores conservadores. Para a autora, às vésperas de 1964, o Governo Goulart foi submetido a um tríplice confronto: com os setores conservadores nacionais, aliados aos investidores internacionais; com a ala mais reformista do PTB, que trazia para o interior do próprio governo pressões sindicais e camponesas; com os movimentos populares e sindicais, que adquiriram grande capacidade de pressão.

Esse quadro conflituoso trouxe forte desconforto e apreensão para os setores conservadores, que passaram a acusar o Governo Goulart de incompetência, improbidade administrativa e aproximação demagógica com os movimentos populares. Era preciso, segundo o entendimento da autora, estagnar o crescimento dos movimentos sociais e pôr fim à experiência governamental de Jango, que, por ser “demagógica”, não conseguia conter as mobilizações populares e os conflitos no interior de seu próprio governo. Além disso, consideravam-na leniente com uma “ameaça socialista”. Tais razões foram suficientes para justificar o golpe preventivo.

A análise marxista mais conhecida sobre o processo histórico do início da década de 1960 foi elaborada por Jacob Gorender, em 1987. Para esclarecer a instabilidade daqueles anos, o autor recorre a explicações de base econômico-estrutural, como desenvolvimento tardio do capitalismo e crise de substituição das importações. Enfatiza, contudo, o caráter preventivo da deposição de João Goulart, adota o conceito de modernização conservadora e afirma que o núcleo burguês industrializante e os grupos representativos do capital estrangeiro, que investiam na economia brasileira, perceberam os riscos das reformas de base e optaram por aderir ao golpe preventivo e contrarrevolucionário. Gorender também identifica a conjuntura do início dos anos de 1960 como pré-revolucionária, seu entendimento é de que o capital industrial apostava na modernização do Brasil, mas a queria conjugada ao forte controle social. Decorre desse pensamento sua adesão ao conceito de modernização conservadora como aplicável ao golpe de 1964.

Rica contribuição ao debate sobre o período é apresentada por Rodrigo Patto Sá Motta (2002), em capítulo no qual retoma argumentos desenvolvidos em seu livro sobre

o anticomunismo brasileiro, para abordar as análises contemporâneas de Goulart e dos conflitos de seu governo sob a ótica do anticomunismo. Das inúmeras entidades anticomunistas criadas naquele período, Rodrigo Motta passa à análise dos discursos por elas difundidos, em especial no que diz respeito às associações entre Goulart, sua figura e seu governo, e o perigo comunista. Atento às nuances de periodização do governo Goulart, no que diz respeito ao seu tema específico, o autor demonstra como o discurso anticomunista mais radical que associava Goulart ao “perigo vermelho” permaneceu confinado a setores da extrema-direita até finais de 1963, passando a conquistar mais espaço quando, a partir daí, serviu de “[...] cimento da mobilização anti-Goulart [...]”, propiciando uma “[...] unificação de setores heterogêneos numa frente favorável à derrubada do presidente.” (MOTTA, 2002, p. 236).

Porém, se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. Carlos Fico (2004, p. 38) destaca que, além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis, na montagem do novo governo, como se verificou nos episódios do Ato Institucional e da escolha do general Castelo Branco para a Presidência.

Fico argumenta que, por certo, como havia demonstrado René Dreifuss (2006), importantes cargos do primeiro escalão foram destinados aos ipesianos civis e, mais importante, a política econômica do primeiro governo militar pautou-se pelos ditames do saneamento financeiro que interessavam ao capital internacional. Não obstante, Fico é enfático quando aponta que, embora trate de explicar o golpe, não se pode descurar da crescente militarização posterior do regime.

As sucessivas crises do período foram resolvidas *manu militari* e a progressiva institucionalização do aparato repressivo, que pela primeira vez na história brasileira envolveria diretamente os militares na atividade de polícia política, também demonstra a feição militar do regime. Do mesmo modo, sucessivas levas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Além disso, o silêncio com que empresários, em outras fases da ditadura, assistiram ao abandono da cartilha liberal, sobretudo com o incremento do intervencionismo e da estatização, também indica que, se podemos falar de um golpe civil-militar, trata-se, contudo, da implantação de um regime militar – em duas palavras: de uma ditadura militar. (FICO, 2004, p. 38).

A historiografia alagoana que trata do tema ainda é relativamente escassa, mas já dispõe de algumas obras importantes sobre o golpe. Fernando Medeiros (2007), em **O homo inimicus: igreja, ação social católica e imaginário anticomunista em Alagoas**,

demonstra que os movimentos sociais que alcançaram significativa expressão durante o governo de Sebastião Marinho Muniz Falcão viram essa conjuntura mudar com a eleição do Major Luiz Cavalcante ao governo do estado. Os empresários da agroindústria que buscavam exercer sobre a estrutura do Estado de Alagoas o controle político, tiveram-no amplamente reforçado com a eleição de Cavalcante pela coligação PL/UDN, e, sobretudo, após o golpe civil-militar de 1964, que estabeleceria no nordeste, particularmente em Alagoas, uma estreita articulação entre o poder central e as forças políticas de base agrária.

Luiz Cavalcante foi o elemento mais representativo dessa articulação. Militar de carreira e declarado anticomunista, ele estava ligado ao complexo IPES/IBAD e colocava-se numa situação de oposição ao governo Goulart e ao seu projeto “nacional reformista”, tendo atuado nas negociações que introduziram a experiência parlamentarista após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e sendo um dos principais articuladores no Nordeste do golpe civil-militar que depôs o Presidente da República (MEDEIROS, 2007, p. 136).

Ênio Lins (2004), em **Alagoas: pastoril de trágicas jornadas**, aponta que o embaralhamento das siglas políticas locais produziu a particularidade de que as forças que se opuseram ao golpe de 1964 tinham líderes originados do prestígio popular de Silvestre Péricles de Góis Monteiro, governador de Alagoas entre 1947 e 1950. Em meados dos anos 1950, o xadrez das composições políticas dispôs as peças mais expressivas à esquerda em aliança com Muniz Falcão, líder carismático e democrata, apesar deste ter iniciado sua vida pública através do próprio Silvestre, o qual, em seu governo, perseguiu ferozmente a esquerda, a ponto de sequestrar os três deputados estaduais do Partido Comunista do Brasil quando do processo de cassação do registro do PCB, em 1946.

Essa composição de forças heterogêneas, que poderia ser classificada como “mais à esquerda”, estava fora do poder estadual em Alagoas na virada do dia 31 de março para o dia primeiro de abril de 1964. Dividido, esse agrupamento havia perdido a eleição de 1960 para o general Luiz Cavalcante, o popular “Major Luiz”, num pleito no qual enfrentou também o próprio Silvestre Péricles de Góis Monteiro, que amargou um terceiro lugar. O candidato dessa frente mais progressista (do ponto de vista da esquerda) era Abraão Fidélis de Moura, que chegou a ser o candidato mais votado no interior (LINS, 2004, p. 5).

Anivaldo Miranda (2004), em **Alagoas e o Golpe de 64**, destaca que, no ano do golpe, a maior organização de esquerda era o “Partidão”, sendo que poucos haviam tomado conhecimento da cisão comunista que havia produzido duas siglas distintas, o PCB e o PCdoB, desde 1962. Uma célula de jovens militantes do PCdoB – identificados pelos da velha guarda como “os chineses” – teria mantido um “aparelho” funcionando na Rua do Livramento, uma das artérias principais da cidade, mas disso praticamente não sobraram registros materiais.

Em 1964, antes do golpe, as forças dominantes da economia alagoana haviam conseguido o poder político equivalente à sua proeminência, o que era expresso no governo de Luiz Cavalcante, que, apesar de ser militar de carreira, representava esse segmento e tinha como vice-governador Teotônio Vilela, usineiro e intelectual (MIRANDA, 2004, p. 10). Entre suas bases, consolidava-se a aliança realizada desde o campo com plantadores de cana (fornecedores de matéria-prima para as usinas), setor que dispunha de lideranças políticas de grande destaque, como Lamenha Filho. Dentre as camadas mais favorecidas, faziam-lhe oposição, com regular frequência, boa parte das lideranças latifundiárias do sertão e do agreste, homens de tradições mais rústicas e sempre desconfiados do crescimento do poder dos usineiros (MIRANDA, 2004, p. 12).

Feliz ano novo?

O ano de 1964 foi decisivo nas disputas entre os grupos dominantes e os segmentos que se manifestavam a favor das Reformas de Base, entre elas, a reforma agrária, cujo significado representou um impasse nas disputas sociais em Alagoas. As elites dominantes, que tinham no latifúndio a base estratégica do seu poder de dominação, temiam uma radical distribuição de poder caso se realizasse esse programa de reformas. As constantes greves colocaram em alerta os grupos dominantes, uma vez que as mobilizações de trabalhadores no campo adquiriam cada vez maior representação.

Não por acaso, na sua edição de 01 de janeiro de 1964, o **Jornal de Alagoas** discutia com preocupação a situação do país naquele período (1964: ELO..., 1964, p. 4)¹. O jornal fazia um balanço do ano de 1963, demonstrando os problemas que a disputa entre as duas grandes potências, os Estados Unidos e a União Soviética, estaria trazendo para todo o mundo. Ao tratar da realidade brasileira, o jornal era enfático ao

¹ 1964: ELO entre 1963 e 1965. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 01 jan. 1964. p. 4.

apontar que o país, mesmo depois do plebiscito, quando os poderes presidenciais de João Goulart foram restaurados, ainda vivia os reflexos da crise de agosto de 1961 e, diante da onda grevista que havia aumentado consideravelmente no ano de 1963, previa que o ano de 1964 seria ainda mais difícil.

O governador Luiz Cavalcante, por seu lado, utilizava-se da imprensa oficial do Estado para divulgar os feitos da sua administração à frente de Alagoas. Na comemoração do terceiro ano de governo do Estado, fazia um balanço altamente positivo do seu mandato. Ao se referir ao período em que assumiu o cargo de governador, aponta que, na época, “Alagoas vivia uma fase de intranquilidade que todo o País tomava conhecimento, o governador anterior havia sofrido um processo de impeachment e no interior eram constantes os atritos políticos resultantes em crimes [...]” (GOVERNADOR..., 1964)², ao mesmo tempo em que se coloca como “[...] o candidato que havia desafiado o crime com a pregação de paz e, por isso, tornou-se a esperança de todos e agora passados três anos o Estado vive em absoluta paz e o governador não guarda rancor.” (GOVERNADOR..., 1964)³.

O major da polícia militar Luiz de Sousa Cavalcante, nascido em 1913 no município alagoano de Rio Largo, começou sua carreira política quando foi convidado pelo então governador Arnon de Mello para ser diretor da CER – Comissão de Estrada de Rodagens. Sua carreira política começou em 1954, pela UDN, quando foi suplente do Senador Rui Palmeira. Em 1958, pelo Partido Liberal (PL), foi eleito Deputado Federal, em 1961, foi eleito ao cargo de Governador do Estado e, durante o seu mandato, pautou-se pela repressão aos movimentos de trabalhadores progressistas e de esquerda, tornando-se um sustentáculo dos grupos conservadores vitoriosos com o movimento golpista de abril de 1964.

O governador, em seu discurso, agradece ao Cel. João Mendes Mendonça “[...] a ajuda por manter o clima de paz que o Estado vivenciava e que no começo teve de enfrentar as forças antipopulares [...]” (GOVERNADOR..., 1964)⁴. Em seguida, menciona que em Alagoas não haveria “[...] a chamada agitação camponesa porque o próprio governador tomou a iniciativa de incentivar a formação dos Sindicatos Rurais.”

² GOVERNADOR completa hoje terceiro ano de sua administração eficiente. **Diário Oficial**, Maceió, 31 jan. 1964.

³ GOVERNADOR completa hoje terceiro ano de sua administração eficiente. **Diário Oficial**, Maceió, 31 jan. 1964.

⁴ GOVERNADOR completa hoje terceiro ano de sua administração eficiente. **Diário Oficial**, Maceió, 31 jan. 1964.

(GOVERNADOR..., 1964)⁵. Nesse ponto, a preocupação do governador com a questão agrária adivinha, sobretudo, da necessidade de controle sobre o movimento social no campo, que atingiria um nível de mobilização preocupante para os setores dominantes. Reconhecida a gravidade que assumia a questão agrária no país e a intensificação das lutas dela decorrentes, tornava-se necessário reduzir as tensões, realizando assentamentos em áreas pertencentes ao próprio governo estadual ou em pequenas áreas, desde que com a aprovação dos empresários da agroindústria canavieira e das determinações do IPES/IBAD (MELLO, 1990, p. 112). Mantinha-se, desta forma, a mesma estrutura fundiária ao não tocar nos latifúndios de propriedade das usinas e dos fornecedores de cana.

Mas as condições de vida no período se tornavam difíceis a cada dia. Em várias matérias da grande imprensa alagoana, além do jornal **A Voz do Povo**, encontramos artigos que demonstram preocupação com o aumento crescente do custo de vida em Alagoas. É possível ter uma ideia da situação dos trabalhadores naquele período a partir de uma ata de reunião do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Fernão Velho, em março de 1964:

Fez uso da palavra o companheiro José Graciliano representante do Sindicato de Rio Largo, saudando primeiramente os companheiros presentes em seguida em breve explanação disse, que em seu sindicato já tinha havido uma reunião idêntica a esta e que a decisão dos trabalhadores de Rio Largo tinha sido de falar, não, de pleitear também não, porém de exigir 100% sobre o salário. Dizia exigir porque não acreditava mais em meios termos, em dissídios, porque estes andavam a passos de tartarugas, porém acreditava no direito do trabalhador se por acaso houvesse união, pois vários operários construiriam prédios e nem sequer possuem uma choupana para se abrigarem, construiriam automóveis e só terem o direito de vê-los passar nas ruas, era preciso pois, que nos acordássemos, que nos uníssemos para exigir os nossos direitos, direitos esse que só por meio de grande luta, libertaríamos das mãos de um grupo de privilegiados (ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS, 1964)⁶.

Nesse quadro de aumento progressivo do custo de vida, a mobilização dos trabalhadores, tanto da cidade quanto do campo, atingiria níveis significantes. A deflagração de duas greves no início de 1964 ajudaria a acentuar o nível de radicalização política, que teria o seu desfecho decidido a partir do comício do dia 29 de março em Maceió.

⁵ GOVERNADOR completa hoje terceiro ano de sua administração eficiente. **Diário Oficial**, Maceió, 31 jan. 1964.

⁶ ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. **Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil de Fernão Velho – 1953-1964**. Ata de reunião de 11 de março de 1964. Maceió, 1964.

As greves de 1964

Em janeiro de 1964, duas greves ajudaram a acirrar os ânimos entre o Governo do Estado e movimentos sociais em Alagoas: a greve dos trabalhadores em combustíveis e a greve dos trabalhadores rurais. No dia 9 de janeiro, o **Jornal de Alagoas** trazia, numa matéria, a entrevista com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Combustíveis e Mineração, Etevaldo Dantas, sobre o movimento paredista que havia sido iniciado no dia anterior (COMEÇA..., 1964, p. 6)⁷. Dantas declarou ao jornal que a categoria tentou negociar durante todo o mês de dezembro de 1963 e que as principais reivindicações giravam em torno de garantias trabalhistas já regulamentadas pelo governo Federal (nível de salário mínimo, décimo terceiro e etc.) em outros Estados da Federação.

Nos nove dias que a greve durou, as matérias do **Jornal de Alagoas** deixavam clara a preocupação de que o Estado mergulharia numa grande crise, caso o abastecimento de combustível continuasse parado. No dia seguinte, uma reunião entre os representantes dos trabalhadores e o secretário do Interior, Nilo Floriano Peixoto, não trouxe um entendimento sobre o fim do movimento (GREVE..., 1964)⁸.

Em poucos dias, o movimento passou a contar com o apoio do CGT e de alguns sindicatos, como, por exemplo, o dos Trabalhadores do Petróleo e o dos Jornalistas – que tinham Alan Rodrigues Brandão e Nilson Miranda, respectivamente, como presidentes – e se mantinha “irredutível” na manutenção da greve (SINDIPETRO..., 1964, p. 6)⁹. Aqui se nota a clara posição conservadora do jornal ao querer retratar os trabalhadores como não sensíveis em aceitar um acordo para pôr fim à paralisação. Outra assembleia, realizada no dia 11 e presidida pelo representante do CGT e presidente do sindicato dos bancários, Roland Benamour, decidiu novamente pela rejeição à proposta dos patrões (SINDIPETRO..., 1964, p. 6).

No dia 12, o jornal relatava que a greve continuava sem um entendimento final e que o movimento paredista dos trabalhadores nas empresas comerciais de minérios e combustíveis de Alagoas já trazia “enormes prejuízos” para a sociedade alagoana (GREVECONTINUA..., 1964, p. 6)¹⁰. No próprio título da matéria “Greve dos

⁷ COMEÇA a faltar gasolina. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 09 jan. 1964. p. 6.

⁸ GREVE dos trabalhadores em combustíveis pretende paralisar o estado: gasolina nem para coletivo. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 10 jan. 1964.

⁹ SINDIPETRO e SJPEA. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 11 jan. 1964. p. 5-6.

¹⁰ GREVE CONTINUA: gasolina cada vez mais cara. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 12 jan. 1964. p. 6.

trabalhadores em combustíveis pretende paralisar o Estado: gasolina nem pra coletivo”, é notável a tentativa de se construir uma imagem de que os prejuízos da paralisação não apenas afetavam os possuidores de automóveis, mas também a grande maioria da população que dependia de transporte público para se locomover até os seus locais de trabalho. Em outra matéria, o jornal relata que, na tarde do dia anterior, esteve reunido com o CGT discutindo uma série de problemas da organização, mas nenhum dizia respeito à greve ou à sua duração. Dois dias depois, o jornal alerta para a “fase de afirmação” que o movimento havia alcançado e a “falta de pulso firme” das autoridades para com os grevistas (ESTADO..., 1964, p. 6)¹¹. Nesse aspecto, é difícil entendermos o que seria essa “falta de pulso”, já que o **Jornal de Alagoas** não faz críticas à administração do governador Luiz Cavalcante, nem ao secretário do Interior, João Mendes Mendonça, este último responsável pela segurança pública em Alagoas.

Prova disso é que, quando o governador mobiliza a Secretaria do Interior, através do Cel. João Mendes Mendonça, para abastecer os postos de gasolina da capital, o **Jornal de Alagoas** se apressa em elogiar a posição “nacionalista” e “democrática” do governador ao garantir o abastecimento de combustível antes que o Estado entrasse em colapso pela falta do mesmo (GOVERNO..., 1964, p. 6)¹². Tal alusão ao posicionamento do governador faz pensar que, no clima de radicalização política da época, as greves daquele tipo seriam fomentadas pelos agentes do comunismo ateu e internacional, os quais, por meio da subversão e da agitação, visavam instaurar no país o caos e a desordem.

Para decepção do jornal, no fim da mesma matéria, foi noticiado que a greve permanecia. No entanto, dois dias depois, um acordo entre trabalhadores e patrões pôs fim à greve que, segundo uma matéria do jornal do PCB, **A Voz do Povo**, foi vitoriosa para os trabalhadores (CAMPONESES VÃO..., 1964, p. 6)¹³. O jornal relatou que a aliança com o CGT e o apoio de outros sindicatos foram alguns dos elementos decisivos para o sucesso do movimento, e que a vitória na greve serviu como fator de fortalecimento do movimento operário frente aos interesses imperialistas dos exploradores do petróleo, tanto em Alagoas como no Brasil.

¹¹ ESTADO às vésperas da paralisação total: falta gasolina por falta de pulso firme. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 14 jan. 1964. p. 6.

¹² GOVERNO interveio e garantiu o abastecimento em todo o estado pelo preço real. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 16 jan. 1964. p. 6.

¹³ CAMPONESES VÃO receber décimo terceiro mês. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 23 jan. 1964. p. 6.

Por seu turno, o governador Luiz Cavalcante fez publicar no **Diário Oficial** de Alagoas duas matérias em que a sua posição no desfecho do movimento grevista foi bastante elogiada. Na primeira, Governador e Secretário do Interior eram enaltecidos “[...] pela sua [ilegível] e patriótica atuação na recente crise provocada pela falta de combustíveis em nosso Estado, o Cel. João Mendes de Mendonça continua recebendo manifestações de apreço de todas as classes realmente cômicas de suas responsabilidades.” (AS CLASSES..., 1964, p. 1)¹⁴. A segunda, por sua vez, trazia na íntegra uma mensagem da Associação Comercial de Palmeira dos Índios que dizia:

Assinado pelo Sr. Jorge Morais, presidente da Associação Comercial de Palmeira dos Índios, recebeu o governador Luiz Cavalcante, em data de ontem, o seguinte telegrama: ‘A associação comercial de Palmeira, reunida em assembleia extraordinária, aprovou votos de aplausos e apoio às medidas tomadas por V. Excelência, no sentido de evitar o prolongamento grevista dos distribuidores dos derivados de petróleo, que ameaçaram transformar a vida econômica do Estado. (ASSOCIAÇÃO..., 1964, p. 1)¹⁵.

Essa greve também foi representativa por outro aspecto, uma vez que, além do abastecimento de combustível, como já mencionamos acima, havia outro ponto importante embutido no problema. Rodrigo Motta (2002, p. 231), no que chama de “segundo grande surto anticomunista”, que ocorreu entre os anos de 1961 a 1964, discute que as ondas grevistas crescentes a partir de 1963 foram um dos argumentos usados pelos golpistas para deflagrarem o movimento civil-militar em março de 1964. Motta aponta para o alerta que se fazia à “[...] presença comunista em diversos setores da vida nacional, nas organizações sociais e principalmente no aparato estatal” (MOTTA, 2002, p. 255). Denunciava-se que os comunistas estariam presentes em vários órgãos da administração, como no Ministério do Trabalho, nas instituições previdenciárias e, acima de tudo, nas forças armadas (MOTTA, 2002, p. 256). Mas era no tocante à Petrobrás e aos combustíveis que a situação era mais delicada:

No caso da estatal petrolífera, a alegada influência comunista gerou polêmicas acirradas (“A sovietação do Petróleo”¹⁶) provocou a constituição de uma CPI no Congresso. A ansiedade causada pela presença esquerdista na Petrobras devia-se à importância estratégica do controle sobre os combustíveis, no caso de uma eventual conflagração militar. (MOTTA, 2002, p. 257).

¹⁴ AS CLASSES produtoras aplaudem e apoiam atitude do Secretário. **Diário Oficial**, Maceió, 17 jan. 1964. p. 1.

¹⁵ ASSOCIAÇÃO Comercial de Palmeira: Aplausos e apoio ao governador. **Diário Oficial**, Maceió, 24 jan. 1964. p. 1.

¹⁶ Cf. Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 256).

Enquanto a greve dos combustíveis mal chegava ao fim, na edição de 18 de janeiro de 1964, o jornal **A Voz do Povo** estampava na sua primeira página a matéria “50 mil camponeses irão à greve pelo 13º mês de salário!” A matéria tratava da mobilização na qual estavam envolvidos o CGT e a Federação de Trabalhadores Rurais, que exigiam o pagamento do décimo terceiro mês de salário aos trabalhadores, o que nenhuma usina havia feito até aquele momento (VITORIOSA..., 1964, p. 1)¹⁷. Portanto, caso não houvesse o pagamento, 50 mil camponeses paralisariam suas atividades em todo o Estado. A matéria também afirmava que a atual situação se devia à inércia da delegacia do trabalho. O jornal dizia, ainda, que “[...] o governador Luiz Cavalcante seria o responsável pela vida dos camponeses uma vez que os trabalhadores sofreriam a represália violenta dos usineiros.” (VITORIOSA..., 1964, p. 1).

No mesmo dia, o **Jornal de Alagoas** trazia uma matéria que revelava toda a sua preocupação caso essa greve, a primeira de trabalhadores rurais no Estado, fosse iniciada (CAMPONESES..., 1964, p. 6)¹⁸. Uma entrevista com o presidente da FTRAL, Manuel Salustiano Lopes, confirmava que, de fato, nenhum patrão havia pagado o 13º salário. É importante analisar com mais cuidado o que esse fato representou na época, uma vez que o Estado estaria presenciando pela primeira vez uma greve de trabalhadores do campo, estes últimos, marcados pela relação de dominação que mantinham com sua classe patronal. Se na cidade os trabalhadores, desde meados da década de 1950, vinham num crescendo em relação a sua capacidade de mobilização e enfrentamento à classe patronal, no campo, a situação era um pouco mais delicada. Em várias matérias do jornal **A Voz do Povo**, encontramos denúncias de violências sofridas por trabalhadores, de espancamentos e de expulsão dos engenhos pelos proprietários, alguns exercendo mandatos no cenário político da época¹⁹. Assim, o **Jornal de Alagoas** usava de uma greve deflagrada por trabalhadores do campo para fazer crer que o país se encontrava num caminho sem volta rumo ao caos e a desordem.

No dia 22 de janeiro, uma reunião na Associação dos Plantadores de Cana de Alagoas – ASPLANA – reuniu os representantes dos trabalhadores e dos patrões para a discussão do pagamento do 13º salário. Nessa reunião, esteve presente o então Delegado

¹⁷ VITORIOSA greve dos trabalhadores em combustíveis. **A Voz do Povo**, Maceió, 18 jan. 1964. p. 1.

¹⁸ CAMPONESES de Alagoas ameaçam com greve se não for pago o Décimo Terceiro salário até o dia 27. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 18 jan. 1964. p. 6.

¹⁹ Como é o caso do deputado estadual Antonio Gomes de Barros, da cidade de União dos Palmares, denunciado em **A Voz do Povo**, em 4 de agosto de 1963, na matéria “Protestos de massas contra o espancamento do líder camponês José Pedro de Lima”.

Regional do Trabalho, Sr. Hilton Loureiro, que, segundo o **Jornal de Alagoas**, visava encontrar uma solução satisfatória para evitar que a greve fosse levada a termo (CAMPONESES VÃO..., 1964, p. 6)²⁰. Apesar de todas as tentativas no sentido de impedir a deflagração da greve, no dia 29 o jornal trazia a matéria “Camponeses de três fazendas da Usina Leão e de uma da Usina Santa Clotilde em greve pelo 13º Salário” (CAMPONESES DE TRÊS..., 1964, p. 6)²¹, noticiando que trabalhadores haviam entrado em greve a despeito da decisão de que ela não deveria se iniciar no dia 27. Nesse mesmo dia 27, houve uma reunião entre os trabalhadores e representantes patronais e do Ministério do Trabalho, a qual, porém, não avançou na discussão sobre o pagamento do 13º.

No dia seguinte, o **Jornal de Alagoas** trazia notícias sobre a greve em quatro fazendas e destacava que:

Emissários dos camponeses que entraram em greve segunda-feira última em quatro fazendas de canavieiras do nosso estado, voltaram desta capital com instruções da sua Federação para retomarem ao trabalho imediatamente, uma vez que os sindicatos rurais decidiram suspender a parada marcada para o dia 27 em todo o Estado. [Ilegível o resto]. (MAIS..., 1964, p. 6)²².

Depois da matéria “Camponeses receberão décimo terceiro de salário: usineiros concordam” (CAMPONESES RECEBERÃO..., 1964, p. 6.)²³, não há mais informações no **Jornal de Alagoas** sobre o andamento nem da greve (que de fato aconteceu) nem dos entendimentos tomados para a sua realização. No dia 09 de fevereiro, o jornal **A Voz do Povo** estampava em sua primeira página que “5000 Camponeses paralisam o trabalho nas fazendas e usinas pelo cumprimento das leis” (5000 CAMPONESES..., 1964, p. 1)²⁴, destacando como principal reivindicação o pagamento do 13º salário e do salário mínimo. Outra importante informação trazida pelo jornal é a denúncia da reação armada dos latifundiários, reforçada pelo aparato policial do Estado (5000

²⁰ CAMPONESES VÃO receber décimo terceiro mês. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 23 jan. 1964. p. 6.

²¹ CAMPONESES DE TRÊS fazendas da Usina Leão e de uma da Usina Santa Clotilde em greve pelo 13º. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 29 jan. 1964. p. 6.

²² MAIS esclarecimentos sobre a greve em quatro fazendas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 30 jan. 1964. p. 6.

²³ CAMPONESES RECEBERÃO décimo terceiro de salário: usineiros concordam. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 06 fev. 1964. p. 6.

²⁴ 5000 CAMPONESES paralisam o trabalho nas fazendas e usinas pelo cumprimento das leis. **Voz do Povo**, Maceió, 09 fev. 1964. p. 1-4.

CAMPONESES..., 1964, p. 4)²⁵, e conclamava, ainda, que os outros grupos urbanos (operários e estudantes) decretassem greve geral como forma de solidariedade aos camponeses.

Diante desse quadro, é um pouco difícil para nós termos uma visão global desses dois movimentos, já que a **Gazeta de Alagoas** não deu atenção a eles e também só dispomos de duas edições do jornal **A Voz do Povo** (a de 18 de janeiro de 1964 e a de 09 de fevereiro do mesmo ano) que fazem menção a esses dois eventos. Como mencionamos acima, depois do dia 30 de janeiro, o **Jornal de Alagoas** se cala sobre o assunto. Outro fator importante desse “silêncio” também pode ser verificado no **Diário Oficial**, onde não há notícias sobre o desenrolar dos fatos no caso da greve dos trabalhadores rurais, já que a repercussão da atuação do Governador e do Secretário do Interior na greve dos combustíveis foi explorada tanto no **Diário Oficial** como no **Jornal de Alagoas**²⁶.

Do “comício que não houve” à Marcha da Vitória

O comício pelas Reformas de Base, realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de março, foi o evento decisivo da mobilização dos grupos que defendiam as reformas. Os acontecimentos das três semanas seguintes irão crescendo até a deflagração do movimento do General Olímpio Mourão Filho, em Minas Gerais. Naquela sexta-feira 13, a crise política se agudizará. Depois desse comício, a batalha ideológica se ampliou, no noticiário dos jornais, intensificaram-se os boatos de que Goulart – com o apoio do PCB, do CGT e das forças políticas nacionalistas – preparava um golpe de Estado (TOLEDO, 2004a, p. 74).

Assim, paralelamente às versões alarmistas forjadas pelos setores conservadores, alguns gestos e declarações de lideranças importantes do movimento nacionalista – pelo radicalismo verbal de que se revestiram – tiveram o efeito inesperado de unificar a direita civil e militar.

²⁵ 5000 CAMPONESES paralisam o trabalho nas fazendas e usinas pelo cumprimento das leis. **Voz do Povo**, Maceió, 09 fev. 1964. p. 1-4.

²⁶ Na ânsia de conseguir respostas não só para este, mas para outros eventos abordados no trabalho, nossas tentativas de pesquisa e de entrevistas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maceió foram coroadas de insucesso. As tentativas de contato com o seu presidente e demais membros esbarrou sempre na impossibilidade destes de nos atender, aumentando ainda mais o número de perguntas sem resposta que seguem nestas páginas.

Desde que havia assumido a presidência em 07 de setembro de 1961, Jango trabalhou na possibilidade de reatualizar a hipótese do projeto nacional-estatista. Com efeito, se o “desenvolvimentismo” de JK abalara alguns de seus fundamentos, não o superara. Enquanto Jânio Quadros não teve sequer tempo, ou condições, para elaborar alguma alternativa, ressurgia uma possibilidade que muitos imaginavam definitivamente enterrada (REIS, 2000, p. 22).

As agitações sociais ampliaram-se, num crescente, alcançando trabalhadores urbanos e rurais, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das forças armadas, configurando uma redefinição do projeto “nacional-estatista”, que passaria a incorporar uma ampla – e inédita – participação popular, tomando corpo, assim, o programa das “reformas de base”:

- A reforma agrária, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo;
- A reforma urbana, para planejar e regular o crescimento das cidades;
- A reforma bancária, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais;
- A reforma tributária, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo;
- A reforma eleitoral, liberando o voto para os analfabetos, que constituíam, então, quase metade da população adulta do país;
- A reforma do estatuto do capital estrangeiro, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior;
- A reforma universitária, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais.

Instaurou-se um amplo debate na sociedade sobre o assunto. Nas ruas, nas greves e nos campos, agitavam-se os movimentos sociais, que reivindicavam ao mesmo tempo em que radicalizavam-se. Entretanto, em sentido contrário, mobilizavam-se resistências expressivas. “A sociedade dividira-se.” (REIS, 2000, p. 22).

Tinha-se, de um lado, o movimento reformista, tendo como núcleo amplos contingentes de trabalhadores urbanos e rurais, além de estudantes e graduados das forças armadas, que, com o tempo, passaram a defender o recurso à força, sintetizado na agressiva palavra de ordem: “reforma agrária na lei ou na marra”. De outro lado, numa

outra frente social, aliavam-se as elites tradicionais, grupos empresariais modernizantes, grande parte das classes médias e até mesmo setores populares, toda uma constelação de profissões e atividades beneficiadas pelo dinamismo da economia brasileira.

Nesse conjunto extremamente heterogêneo, todos sentiam, obscuramente, que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista, iria atingir suas posições. Por isso, nutriam um “[...] grande Medo de que viria um tempo de desordem e de caos, marcado pela subversão dos princípios e dos valores, inclusive dos religiosos.” (REIS, 2000, p. 22). A ideia de que a civilização ocidental e cristã estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo ateu invadiu o processo político, assombrando as consciências.

Foi nesse quadro que, depois de longos meses de indecisão, Jango resolveu partir para a ofensiva. Dispôs-se a liderar um conjunto de grandes comícios para aumentar a pressão pelas reformas. O primeiro – e único – realizou-se em 13 de março de 1964. Um sucesso. Reuniram-se todas as esquerdas, os livros que tratam do evento falam na presença de mais de 300 mil pessoas na defesa exaltada das reformas. Jorge Ferreira aponta que o comício das Reformas havia “[...] selado a aliança do governo com o movimento sindical urbano, com os trabalhadores rurais e as esquerdas, notadamente o PCB e a ala radical do PTB.” (FERREIRA, 2008, p. 382).

Em Alagoas, os reflexos desse embate trouxeram peculiaridades e resultados que mudaram os destinos dos envolvidos nesse processo. Marcado para o dia 29 de março no Parque Rodolfo Lins, no centro de Maceió, o comício foi planejado pelo CGT, juntamente com o PCB, UNE e UEEA, intencionando agregar as forças progressistas que defendiam as Reformas de Base do governo Jango. Rubens Colaço, então presidente do Sindicato dos Rodoviários e membro do CGT, anos depois recordaria aqueles acontecimentos:

Nós tínhamos um comício convocado para o dia 29, e esse comício estava dando uma agitação muito grande. Tínhamos convidado o Brizola e o Miguel Arraes, mas a coisa estava fervendo dentro dos quartéis. Nem sei direito o que estava havendo. Tínhamos também, em nossa convocação, a participação dos sindicatos camponeses, sindicatos fortes da Saúde, de Pilar, Rio Largo, Atalaia, Anadia e outros. Nós nem analisávamos que fosse isso que estivesse ocorrendo. A verdade é que havia um policiamento ostensivo na saída dessas cidades, para barrar a saída dos camponeses para o comício do dia 29. (MAJELLA, 2010a, p. 70-71).

Em seguida, Colaço explica os motivos que impediram Brizola e Arraes de se fazerem presentes no comício:

Em 29 de março de 1964, em Alagoas, nós tínhamos convidado Leonel Brizola e Miguel Arraes para participar daquele ato. Mas acontece que a cabeça de Miguel Arraes estava sendo disputada aqui. A disputa era para ver quem atirava na testa, quem atirava na boca, quem atirava no olho direito, quem atirava no olho esquerdo. E nós sabemos muito bem que aqui em Alagoas tem gente altamente qualificada para isso. Leonel Brizola já tinha dito que não vinha por causa de afazeres no Rio Grande do Sul, e nós achamos irresponsabilidade de nossa parte trazer Miguel Arraes, governador de Pernambuco, para correr esse risco. Nós tínhamos a “nossa área” de política de oposição, homens também bons de pistolas e com grupos de bons pistoleiros, que se propunham a dar cobertura total a Arraes, mas a verdade é que o CGT tomou a decisão de ir a Recife para desconvoar Miguel Arraes e explicar a situação. Na reunião conosco, Arraes falou: “Eu não vou passar o resto da minha vida com medo dos pistoleiros de Alagoas. Eu vou ter que ir a Alagoas mais cedo ou mais tarde. Eu sou homem de sertão, também, não sou nenhum bunda-mole. Na minha área tem homem também”. Mas terminamos por convencer Arraes de que ele não deveria ir. (MAJELLA, 2010a, p. 97).

No entanto, o lado conservador também mobilizaria uma manifestação pública, a ser realizada na Praça Deodoro, local relativamente próximo de onde se realizaria o comício pró-reformas. Repetia-se em Alagoas o que havia acontecido no sudeste do país: quase uma semana após o comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 19 de março, uma grande manifestação em São Paulo, a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, levou milhares de pessoas ao centro da capital paulistana.

Para Rodrigo Motta, esse evento se constituiu no “[...] comício da central do lado conservador, ou seja, constituiu-se em evento altamente impactante no que tange à mobilização antiesquerdista.” (MOTTA, 2002, p. 265). Na sua edição de 26 de março, o **Jornal de Alagoas** trazia em sua primeira página uma convocação do “Movimento Popular pela Democracia” para o comício na Praça Deodoro no domingo dia 29, comício esse que enfrentaria o comício comunista das reformas. Em tom agressivo, a mensagem trazia, em letras maiúsculas, os seguintes dizeres: “Alagoas quer continuar em paz com trabalho. Está de pé contra a farsa dos agitadores. Repudia os agitadores Arrais e Brizola.” (DIVULGAÇÃO..., 1964, p. 1)²⁷.

No dia 31, o **Jornal de Alagoas** noticiava, em sua primeira página, que a cidade de Maceió havia estado “[...] a beira de sérios e sangrentos incidentes, devido a um comício pró-reformas de base, ao qual iriam comparecer inclusive o governador Miguel Arraes e o deputado Leonel Brizola.” (ALAGOAS, 1964, p. 1)²⁸. A poucos metros dali, na Praça Deodoro, o Movimento Feminino Pró-Democracia, “[...] manifestava a sua

²⁷ DIVULGAÇÃO do Movimento Popular pela Democracia. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 26 mar. 1964. p. 1.

²⁸ ALAGOAS durante o domingo último viveu a beira de uma convulsão sem precedentes. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 31 mar. 1964. p. 1.

repulsa aos promotores do comício esquerdista. Além de publicações nos jornais e no rádio, pichamento de paredes e afixação de faixas ostensivamente contra Brizola e Arraes [...]” (ALAGOAS, 1964, p. 1)²⁹, mesmo estes dois não havendo comparecido à manifestação.

Heloisa Starling (1986), em seu trabalho sobre o golpe em Minas Gerais, aponta que esse advento da participação feminina na luta contra o comunismo foi intensificada em 1962, quando o IPES passou a organizar e custear, a partir do Rio de Janeiro, a chamada Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), que rapidamente expandiu suas representações pelo País. Em Minas Gerais, em janeiro de 1964, após terem contribuído significativamente para coibir a realização do congresso de trabalhadores tido como comunista, um grupo de mulheres mineiras criou a Liga da Mulher Democrática (LIMDE), vinculada ao IPES/MG.

Segundo Starling (1986, p. 178), a inserção feminina no contexto da luta contra o comunismo tinha um profundo conteúdo emocional. Nesse ponto, tratava-se de “[...] mães e donas de casa que falavam publicamente de medo, violência, morte e destruição [...]”, que apelavam à “[...] coragem dos homens e sua própria [...]”, em defesa da família, das tradições, da religião e da Pátria ameaçada pelo fantasma do comunismo (SAES, 1983, p. 489).

O “movimento feminino”, segundo Décio Saes, ganhou forma através da aparição, ou crescimento, em todo o país, de associações de mulheres voltadas para a organização de manifestações de hostilidade ao governo federal e seus aliados, em nome da condenação moral e religiosa do comunismo: o MAF (Movimento de Arregimentação Feminina), de São Paulo, além da já citada CAMDE, a União Cívica Feminina de Santos e o Movimento Feminino pela Liberdade, de Recife (SAES, 1983, p.501).

Saes (1983) aponta que a expressão máxima do “movimento feminino” foi a realização de manifestações públicas congregando um grande número de mulheres de classe média, não somente nas grandes capitais, como São Paulo, Rio, Recife ou Belo Horizonte, mas também nas cidades menores: as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade.” O autor afirma que tais manifestações reservaram-se a função de criar um clima sociopolítico favorável à intervenção militar, bem como de incitar diretamente as Forças Armadas ao golpe de Estado.

²⁹ ALAGOAS durante o domingo último viveu a beira de uma convulsão sem precedentes. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 31 mar. 1964. p. 1.

Nesse clima de confronto, o jornal informava que “[...] a emissora oficial do estado publicava uma nota da Secretaria do Interior a qual foi relida várias vezes durante todo o dia, ponderando as graves consequências que poderiam advir da concomitante realização dos comícios antagônicos em locais tão próximos entre si.” (ALAGOAS, 1964, p. 1)³⁰. Para evitar “[...] um choque de consequências imprevisíveis, entre manifestantes exaltados que fatalmente se defrontariam, decidiram as autoridades policiais não consentirem na realização de nenhum dos dois comícios”. (ALAGOAS, 1964, p. 1). Mas os promotores do comício das Reformas, além de não acatarem a designação da polícia, continuaram a convocar o povo para o comício no Parque Rodolfo Lins. Na sede do Sindicato do Petróleo, CGT, DCE e UEEA, havia uma grande movimentação de trabalhadores de vários sindicatos urbanos e rurais. O comício, enfim, começou à noite, com os líderes do CGT “[...] dirigindo duras críticas ao governador Luiz Cavalcante e as classes produtoras alagoanas [...]” (ALAGOAS, 1964, p. 1), e decidiram pela deflagração de uma greve geral em todo o Estado. Houve em seguida a ação da força policial, a qual, segundo o jornal, havia “revidado” as provocações com tiros e jatos d’água nos manifestantes.

A greve alcançou, inicialmente, a orla marítima e a rede ferroviária, paralisando as atividades nesses setores desde as primeiras horas da segunda-feira. Estivadores, portuários, motoristas, comerciantes, ferroviários e os trabalhadores da Petrobrás paralisaram as suas atividades como decorrência do que ficou estabelecido numa reunião ocorrida na sede do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo (DECRETADA..., 1964, p. 1)³¹. O jornal noticiava também que os líderes sindicais de Alagoas haviam “[...] entrado em contato com entidades de classe de outros Estados Brasileiros, das quais solicitam apoio e adesão a greve eclodida.” (DECRETADA..., 1964, p. 1).

Tanto no dia primeiro quanto no dia 02 de abril, nem **Jornal de Alagoas** nem tampouco a **Gazeta de Alagoas** traz algum tipo de informação relativa à movimentação das tropas do General, não citando Olímpio Mourão Filho, em Minas Gerais, nem os deslocamentos do presidente João Goulart entre Brasília e Porto Alegre (e a viagem para o Uruguai em seguida). Somente no dia 03, quando o presidente da Câmara dos

³⁰ ALAGOAS durante o domingo último viveu a beira de uma convulsão sem precedentes. **Jornal de Alagoas**. Maceió, 31 mar. 1964. p. 1.

³¹ DECRETADA Greve Geral no estado como protesto. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 31 mar. 1964. p. 1.

Deputados havia sido empossado como Presidente da Nação, é que começam a circular nos jornais alagoanos as primeiras notícias sobre a situação política do país.

Da mesma forma, os jornais de Alagoas deram pouca ou nenhuma cobertura às movimentações do CGT, DCE e demais grupos que defendiam a permanência de Jango à frente da Presidência da República. No dia 03 de abril, o **Jornal de Alagoas** publicou um editorial descrevendo o desenrolar do comício das Reformas na capital alagoana (HISTÓRIA..., 1964, p. 2)³² como uma “Batalha de Itararé”³³, para, em seguida, contradizer a edição do dia 31 de março, ao afirmar que o comício não foi realizado. O editorial também dá destaque à eficiente atuação da polícia, que adotou “[...] medidas preventivas contra os agitadores comunistas, muito interessados em provocar incidentes para tirar deles algum resultado.” (HISTÓRIA..., 1964, p. 2). O jornal admite que havia articulações dos esquerdistas na cidade, uma vez que “[...] agitadores de fora aqui se encontravam representando setores de agitação de outros Estados, como é o caso de Mataripe, onde, aliás, os comunistas foram derrotados.” (HISTÓRIA..., 1964, p. 2).

O jornal afirma que, apesar da onda de comunização quase ter triunfado, “[...] favorecido pelo jogo perigoso do governo derrubado [...]”, havia prevalecido a “[...] orientação democrática nata da nação brasileira.” (HISTÓRIA..., 1964, p. 2).

O comício de 13 de março acordou a consciência democrática do país e a luta foi aceita no pé em que era oferecida. São Paulo realizou uma retumbante marcha com Deus pela liberdade e homens representativos do país, como governadores de Estados parlamentares, empresários etc. decidiram-se a esquecer suas divergências pessoais e formar uma frente única em defesa das nossas instituições democráticas, se necessário até pelas armas. A arregimentação surpreendeu os comunistas e seus aliados que contavam com a passividade do povo brasileiro e com o próximo domínio do país. Em breve instalariam aqui, sem um tiro, uma Cuba grandiosa da América Latina, de onde a Rússia iria tirar os proveitos políticos e econômicos que não lhe pode proporcionar a pobre ilha da Antilhas. Agora estrebucham. Nem a implantação de indisciplina nas forças armadas, que conseguiram com a ajuda do ex-presidente da República lhes deu o domínio do Brasil, porque o povo resolveu acordar a tempo. A disposição do povo alagoano ao lado das forças democráticas tão bem representada pelo fracasso da greve geral anunciada, e um episódio expressivo da derrota dos comunistas. (HISTÓRIA..., 1964, p. 2)³⁴.

³² HISTÓRIA de um comício que não houve. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 03 abr. 1964. p. 2.

³³ A batalha de Itararé entrou para os anais da História Militar como a maior batalha do continente latino-americano... que não houve. Com efeito, os contendores, partidários e adversários da marcha que levaria Getúlio Vargas ao poder, depois de se aprestarem para um choque decisivo, retiraram-se para posições defensivas, sem disparar um tiro, negociando o desfecho de forma pacífica.

³⁴ HISTÓRIA de um comício que não houve. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 03 abr. 1964. p. 2.

Mais uma vez, o **Jornal de Alagoas** se esforça para construir a imagem do povo alagoano como contrário às manifestações em favor das Reformas. Nesse sentido, os “agitadores” eram mostrados como sendo estrangeiros infiltrados entre os trabalhadores, desvirtuando estes dos seus propósitos. No entanto, a partir do relato de Rubens Colaço, é possível perceber que havia uma grande mobilização dos trabalhadores alagoanos de apoio ao grupo que defendia a realização das Reformas:

[...] a repressão em Alagoas foi anterior ao golpe. Ela começou no dia 29. Nós realizamos o comício e os operários da fábrica têxtil do distrito de Saúde vieram a pé, vieram para Maceió com suas faixas enroladas debaixo do braço. Quando menos esperavam, eles estavam na praça. Os trabalhadores da orla marítima tiveram que se dispersar quando chegaram na Praça Sinimbu. Mas marcou presença firme. A Rua do Comércio ficou intrafegável. Nós realizamos o comício em frente ao sindicato de petróleo, que era praticamente na Praça Pedro II, a Rua 2 de Dezembro, é muito pequena, liga a Rua do Comércio à Praça Pedro II. O segundo delegado da capital, Aurino Malta, ainda deu uns tiros, feriu um rapaz da Petrobras que estava na sacada do prédio; esse rapaz não tinha nada a ver com o comício. A repressão foi muito violenta para nós já no começo do dia 29. (MAJELLA, 2010a, p. 98).

No dia seguinte, o jornal trazia, em sua primeira página, a matéria que elogiava a posição assumida pelo governador Luiz Cavalcante diante dos acontecimentos tanto locais quanto em relação à movimentação que depôs Jango (A CORAJOSA..., 1964, p. 1)³⁵. O jornal faz alusão ao movimento e, na prática, trata-se de um manifesto assinado por Luiz Cavalcante e pelo governador gaúcho Ildo Menegheti após o comício de 13 de março, em que os dois alertavam para a necessidade de defesa do Congresso Nacional e das instituições ameaçadas pelos fomentadores da agitação subversiva. O jornal faz questão de enfatizar que:

[...] foi Alagoas o único estado no Norte que tomou posição clara ao lado das forças democráticas. Os demais ou simplesmente se omitiram receosos das iras do Palácio do Planalto, ou se colocaram em oposição ao Congresso, como foi o caso de Sergipe e Pernambuco, cujos governadores já foram varridos do Poder, por sua flagrante antinomia com o regime democrático. (A CORAJOSA..., 1964, p. 1)³⁶.

Essa posição do governo alagoano foi reafirmada quando, no dia marcado, utilizando um dispositivo militar bem preparado, desarticulou o comício que contaria com a presença de agitadores de outros estados e o anúncio da presença dos governadores de Pernambuco e Sergipe, além do tristemente famoso deputado Brizola,

³⁵ A CORAJOSA posição do Governo de Alagoas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 04 abr. 1964. p. 1.

³⁶ A CORAJOSA posição do Governo de Alagoas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 04 abr. 1964. p. 1.

que felizmente “arrepriaram carreira” diante da disposição das autoridades alagoanas de não lhes dar cobertura. Assim, o jornal acreditava que nenhum bom alagoano, salvo os comprometidos com a baderna, deixou de aplaudir o gesto decidido do governador Luiz Cavalcante, colocando-se ao lado dos postulados democráticos e assegurando a paz e a prosperidade dos seus coestadoanos.

A partir de então, o **Jornal de Alagoas** e o governador Luiz Cavalcante, através do **Diário Oficial**, começaram a construir a imagem de que ele, o governador, havia sido o líder, no nordeste, do movimento que depôs o presidente João Goulart, da “Revolução”. Na matéria “Governo de Alagoas foi o primeiro a se solidarizar com o movimento de Minas [...]” (GOVERNO DE ALAGOAS..., 1964, p. 6)³⁷, o jornal exalta que o governador alagoano foi:

[...] o primeiro mandatário dos Estados brasileiros a manifestar de publico a sua repulsa ao comunismo ateu a apátrida e se solidarizar com os chefes militares que vinham condenando as manobras do presidente da República que queria jogar o país no caos da desordem, enfraquecendo as Forças Armadas. (GOVERNO DE ALAGOAS..., 1964, p. 6)³⁸.

A atitude patriótica do governo alagoano ao providenciar “as medidas acauteladoras da ordem” foi iniciada pelo Cel. João Mendes Mendonça, secretário do Interior e Justiça e Segurança Pública, e pelo Coronel Nilo Floriano Peixoto, Comandante da Polícia Militar. Em seguida, a matéria traz o pronunciamento que o governador havia feito na manhã do dia 1º através da Rádio Difusora de Alagoas:

Meus conterrâneos, como governador de Alagoas, certo de estar interpretando os altos sentimentos de brasilidade do povo alagoano, conclamo a toda a população do Estado a cerrar fileiras, dentro da ordem e do respeito as instituições, em torno do movimento patriótico que ora empolga a nação, visando a revigorar o regime democrático e a repudiar o comunismo ateu e apátrida. A agitação propositadamente desencadeada em todo o país, as condições do povo, já esmagado sob o peso de insuportável elevação do custo de vida, e, conseqüentemente, submetido a permanente intranquilidade de espírito. Incapazes de promover o bem estar e a felicidade dos brasileiros, os promotores da desordem descambam para o caminho da demagogia e da mistificação, procurando desse modo, encobrir a sua incompetência e inoperância. O processo de desagregação do trabalho, da família e da hierarquia militar teria que sofrer fatalmente a desapropriação da nossa gente, agora consubstanciada no movimento restaurador da tranquilidade publica. Meu governo, que sempre pautou suas ações ao lado dos que trabalham e produzem pela grandeza de Alagoas e do Brasil, sente-se por isso mesmo plenamente integrado na atitude patriótica assumida pelos governadores e

³⁷ GOVERNO DE ALAGOAS foi o primeiro a se solidarizar com o movimento de Minas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 04 abr. 1964. p. 6.

³⁸ GOVERNO DE ALAGOAS foi o primeiro a se solidarizar com o movimento de Minas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 04 abr. 1964. p. 6.

chefes militares que pugnam nesta hora, por uma Pátria livre, democrática e cristã. Posso assegurar ao povo alagoano que todas as medidas acauteladoras da manutenção da ordem em todo o Estado já foram devidamente tomadas pelo governo, que não permitirá tentem maus brasileiros perturbar o trabalho e a tranquilidade da família.

O major LC que jamais fugiu ao cumprimento do seu dever, ainda desta vez tem a convicção de não decepcionar o bravo povo alagoano. (GOVERNO DE ALAGOAS..., 1964, p. 6)³⁹.

Ao mesmo tempo, o jornal tentava demonstrar que as manifestações e movimentações dos trabalhadores alagoanos e do CGT haviam tido pouca expressão (JÁ DESARTICULADOS..., 1964, p. 5)⁴⁰ e que o governador havia utilizado o aparato policial do Estado para controlar os “focos de agitação”, tendo obtido êxito com muita facilidade. De fato, os líderes do CGT (Roland Benamour e Rubens Colaço) já estavam presos desde a madrugada do dia 1º. Além deles, Alan Rodrigues Brandão (funcionário da Petrobrás e presidente do Sindicato de Extração de Petróleo), Jayme Miranda (líder do PCB e suplente de deputado estadual), Wilson Miranda (funcionário dos Correios e Telégrafos), Rubem Ângelo (advogado de sindicatos), Valter Pedrosa (acadêmico de engenharia e funcionário do DCT), José Gonçalves (presidente do Sindicato do Petróleo) e Etevaldo Dantas (presidente do Sindicato dos Combustíveis e Minérios) também se encontravam na prisão (MEDEIROS, 2007, p. 142).

Mesmo com as prisões dos principais “elementos da extrema esquerda” do Estado, continuavam frequentes as notícias sobre as incursões da polícia às sedes de sindicatos e organizações estudantis, a fim de realizar prisões e apreender “material subversivo”, a exemplo do que ocorreu com a sede da UESA, vasculhada pelo DOPSE, que não encontrou nenhuma “propaganda subversiva” (A POLÍCIA..., 1964, p. 4)⁴¹, e o Sindicato dos Portuários, considerado o “último foco de agitação”, onde foram apreendidos cartazes, faixas, livros, etc. (A POLÍCIA..., 1964, p. 4). Nas poucas matérias em que há alguma cobertura dos eventos, a **Gazeta de Alagoas** informava que na sede do Sindicato dos Portuários estaria acontecendo, segundo denúncia anônima, uma “reunião subversiva”, o que teria provocado o deslocamento de uma guarnição da radiopatrulha ao local, a qual não conseguiu prender o “grupo de agitadores”, que,

³⁹ GOVERNO DE ALAGOAS foi o primeiro a se solidarizar com o movimento de Minas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 04 abr. 1964. p. 6.

⁴⁰ JÁ DESARTICULADOS os focos comunistas do estado, mas polícia prossegue em constantes diligências. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 05 abr. 1964. p. 5.

⁴¹ A POLÍCIA preserva a ordem eliminando focos de agitação. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 03 abr. 1964. p. 4.

presentindo a presença da polícia, “[...] teria se esgueirado em fuga, escapando da captura”. (A POLÍCIA..., 1964, p. 4)⁴².

Ao contrário do afirmado por órgãos da imprensa que davam conta de que o governo do estado teve a situação dominada em poucas horas, a resistência dos trabalhadores foi persistente.

Enquanto isso, as forças que apoiaram o golpe realizaram, na capital alagoana, no dia 2 de abril, a “Marcha da Família Alagoana”, formada “[...] de milhares de pessoas que ali compareceram a fim de levar o seu apoio e o seu aplauso as enérgicas medidas postas em prática pelo atual chefe do Executivo alagoano.” (MARCHA..., 1964, p. 1)⁴³. A multidão, tendo à frente o “[...] governador Luiz Cavalcante e sua esposa, além de altas autoridades civis e militares, funcionários públicos, comerciantes, industriais e o povo em geral [...]”, rumou à Praça Visconde de Sinimbu, “[...] entoando hinos patrióticos e vivamente aplaudida em todo o seu percurso”. (MARCHA..., 1964, p. 1).

Depois de passarem pelas principais ruas do centro da cidade, regressaram à Praça dos Martírios, onde diversos presentes se fizeram ouvir, todos exaltando as figuras dessa revolução branca que afastou definitivamente o perigo de comunização de nossa Pátria. Em seguida, o arcebispo de Maceió, Dom Adelmo Machado, realizou missa campal exaltando a atuação dos “salvadores da nação”. A passeata foi organizada pelo Movimento Alagoano em Defesa da Democracia, este, segundo o **Diário Oficial**, composto “[...] dos mais representativos nomes de senhoras e senhoritas de nossa terra”. O jornal dá destaque, ainda, à presença de várias entidades religiosas, “[...] da Patrulha Nacional Cristã, da Polícia Mirim e de diversas outras de caráter nacionalista”. (MARCHA..., 1964, p. 1).

No dia 05, o Movimento Popular pela Democracia divulgou uma nota no **Jornal de Alagoas** de “[...] reconhecimento as gloriosas Forças Armadas pela posição brava e digna de respeito aos mais caros e legítimos sentimentos de brasilidade.” (AO POVO..., 1964, p. 1)⁴⁴. Agradecia também ao governador Luiz Cavalcante e, acima de tudo, ao povo alagoano “[...] pela vigilante atitude e pelas enérgicas providências em favor das tradições cívicas e cristãs da gente alagoana, destacando-se o trabalho de

⁴² A POLÍCIA preserva a ordem eliminando focos de agitação. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 03 abr. 1964. p. 4.

⁴³ MARCHA da família alagoana. **Diário Oficial**, Maceió, 04 abr. 1964. p. 1.

⁴⁴ AO POVO alagoano. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 05 abr. 1964. p. 1.

nossas polícias civil e militar que, comandadas pelo Cel. João Mendes Mendonça, ficaram ao lado do Povo contra a baderna e a agitação”. (AO POVO..., 1964, p. 1)⁴⁵.

Mas ainda era necessário continuar alerta, “[...] em defesa de nossa fé e do nosso Brasil. A semente do ódio, plantada por mãos hábeis, pode novamente germinar se soluções não forem oferecidas, de imediato, para os inúmeros problemas que exigem nossa devotada atenção”. (AO POVO..., 1964, p. 1).

Segundo a nota, o movimento que:

[...] nunca foi, nem será contra as reformas. A primeira já foi feita: a reforma do Governo. As outras terão que vir. Nosso movimento não é contra a Petrobras, empresa que reputamos básica para o desenvolvimento do País, mas contra os que a transformam em símbolo do comunismo no Brasil; nossa luta não é contra os sindicatos operários e camponeses e sim contra o sindicalismo político da espúria CGT; não nos arregimentamos contra a mocidade estudantil, herdeira de ricas tradições nas lutas em defesa da Democracia, mas contra os agitadores que dominaram a UNE e as UEE’s. Finalmente somos contra o comunismo e a favor do Brasil que deve ser sempre dos brasileiros. (AO POVO..., 1964, p. 1)⁴⁶.

A marcha realizada em Maceió repercutiu na imprensa pernambucana, uma vez que, no dia 03 de abril, o jornal **Diário da Noite** deu destaque ao evento, citando o Movimento Democrático Feminino e a primeira dama do Estado, d. Mariontina Cavalcante (MARCHA..., 1964, p. 2)⁴⁷. O jornal também aponta o governador Luiz Cavalcante como “o primeiro chefe de estado do Nordeste a apoiar a rebelião de Minas”. Entre o público da Marcha, estavam “[...] as mulheres alagoanas, os colégios católicos, a Patrulha Nacional Cristã (movimento anticomunista alagoano), o Conservatório Brasileiro de Musica, entidades estudantis, deputados e o próprio governador e família [...]”. (MARCHA..., 1964, p. 2). Na mesma matéria, informa que “[...] enquanto o povo manifestava sua euforia pela vitória do movimento democrático, a Polinter realizava prisões de todos os líderes do CGT e outros órgãos sindicais, implicados em movimento subversivos”. (MARCHA..., 1964, p. 2). A matéria termina relatando o empastelamento do “[...] jornal comunista **A Voz do Povo**, que servia de sede ao PC, bem no centro da capital alagoana [...]” (MARCHA..., 1964, p. 2), e a prisão dos seus diretores.

A partir de então, com os canais de oposição ao governo desarticulados e a destruição da sede do jornal do PCB **A Voz do Povo**, que além das suas instalações,

⁴⁵ AO POVO alagoano. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 05 abr. 1964. p. 1.

⁴⁶ AO POVO alagoano. **Jornal de Alagoas**, Maceió 05 abr. 1964. p. 1.

⁴⁷ MARCHA com Deus, pela liberdade em Maceió. **Diário da Noite**, Recife, 03 abr. 1964. p. 2.

teve as suas máquinas quebradas pela polícia do Estado, o caminho estaria livre para que o **Jornal de Alagoas** e o **Diário Oficial** dessem prosseguimento na construção da imagem do governador Luiz de Sousa Cavalcante como líder, no Nordeste, da “Revolução”.

Palavras finais

Em Alagoas, em 2004, a imprensa local procurou dar alguma visibilidade a esta comemoração, entrevistando especialistas e pessoas que viveram a conjuntura do golpe em lados opostos. O escritor e historiador Dirceu Lindoso, membro do PCB em 1964 e preso durante um ano, foi qualificado pela matéria como “pertencente ao rol dos intelectuais de esquerda” (GOLPE..., 2004, p. 16)⁴⁸. O ex-governador Divaldo Suruagy, eleito de forma indireta em 1975 e que havia sido Secretário da Fazenda no governo Luiz Cavalcante, afirmou que o período da ditadura foi “promissor” para os alagoanos (SURUAGY..., 2004, p. 16)⁴⁹.

Lincoln Cavalcante, irmão do Major Luiz Cavalcante, afirmou em entrevista que “[...] aderiu a uma causa que entendia ser uma contrarrevolução [...] revolução era a planejada pelo presidente Goulart [...]” (REVOLUÇÃO..., 2004, p. 10)⁵⁰, corroborando com o discurso usado como mote por seu irmão, quando governador de Alagoas, para arregimentação da conspiração golpista. O jornalista Anivaldo Miranda, representante estudantil em 1964 e militante da esquerda, afirmou que, em Alagoas, o golpe começou com a repressão aos manifestantes do comício do dia 29 (TRABALHADORES..., 2004, p. 9)⁵¹. Miranda enfatiza que de nenhuma maneira os trabalhadores alagoanos foram submissos ao golpe e que as autoridades tiveram muito trabalho para conter os protestos populares, além de muitas manifestações só terem sido controladas alguns dias depois.

Como a direita venceu, as memórias das lutas da esquerda foram encobertas e esquecidas, numa tentativa dos vencedores de criar um mito de que os trabalhadores alagoanos não estariam envolvidos com o programa reformista e os que, em solo alagoano, defendiam essas bandeiras, seriam estrangeiros a soldo de Moscou, dispostos a conspurcar a límpida essência de fraternidade dos trabalhadores alagoanos.

⁴⁸ GOLPE foi preparado com antecedência. **Tribuna**, Maceió, 28 mar. 2004. p. 16.

⁴⁹ SURUAGY afirma que período foi ‘promissor’ para Alagoas. **Tribuna**, Maceió, 28 mar. 2004. p. 16.

⁵⁰ REVOLUÇÃO de 64 enfrenta “crise dos 40”. **Tribuna**, Maceió, 28 mar. 2004. p. 10.

⁵¹ TRABALHADORES resistiram bravamente. **Tribuna**, Maceió, 28 mar. 2004. p. 9.

Ao longo deste artigo, demonstramos que, ao contrário da memória oficial construída a partir de então, os trabalhadores alagoanos se envolveram, sim, com o programa reformista do governo Jango, bem como conseguiram atingir um nível de organização e de mobilização até então inédito na história republicana alagoana, recrudescendo gradativamente entre o final da década de 1950 e a primeira metade da década de 1960. Igualmente, trouxemos à tona a repressão sofrida por essas mesmas classes trabalhadoras, cujas manifestações foram duramente suprimidas pelo poder do Estado governado pelo Major Luiz Cavalcante. Este último, assim como o bloco político ao qual pertencia e representava, temia que, caso o programa reformista avançasse, pudesse haver uma redefinição do equilíbrio político entre as classes sociais.

Por isso mesmo se torna imperativo destacar a importância do comício de 29 de março em Maceió, quando a repressão policial, no sentido de impedir a sua realização, acabou se mesclando com a ofensiva golpista desencadeada com a marcha das tropas do Gal. Olímpio Mourão Filho sobre o Rio de Janeiro, em 30 de março.

Outro ponto a ser destacado é como o tripé “anticomunismo”, “modernização conservadora” e “repressão”, utilizado como lema para o governo militar que se instaurou em 1964, já existia em Alagoas desde 1961, quando Cavalcante assumiu o governo. De maneira alguma queremos afirmar, com isso, que Alagoas iniciou a ditadura militar antes do restante do país, mas apenas afirmar a particularidade da conjuntura política alagoana naquele período. Igualmente, o fato de Luiz Cavalcante ter se posicionado a favor dos golpistas também deve ser destacado, já que a posição geográfica de Alagoas naquela conjuntura foi determinante, na medida em que impediu um contato direto entre os governadores de Pernambuco e de Sergipe, estes últimos alinhados com os setores progressistas naquele momento.

Por fim, destacamos a importância de se dar mais um passo para uma historiografia sobre o golpe de 1964 mais abrangente, no sentido de ampliar a compreensão sobre outras regiões do Brasil que não o eixo Rio-São Paulo, nem tampouco o Rio Grande do Sul e o estado de Pernambuco.

The "rally that not there was" the victory march: the outbreak of the civil-military coup in Alagoas

Abstract

We intend in this article to make an exhibition of research conducted on the outbreak of the civil-military coup of 1964 in Alagoas. From the use of the personal files of the Police Order Personal, Social and Economic – DOPSE and survey in the newspaper **A Voz do Povo**, edited by Communist Party in Alagoas, and newspapers of the period Alagoas mainstream media, we seek to analyze the strikes and political and social campaigns conducted in 1964 and the repression suffered by workers and leftists in general in the period, drawing attention to the peculiarities of the case of State of Alagoas. The performance of increasingly intense leftist groups in Alagoas in the early 60s was the target of a strong police repression led by the state governor, Major Luiz Cavalcante. From the events recounted in the newspapers surveyed, which culminated in rally March 29, 1964 try to show the mobilization of groups left in the period as well as the repressive measures of the governor to contain the activity of these groups.

Keywords: Civil-military Coup; History of Alagoas; Workers; Strikes.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

5000 camponeses paralisam o trabalho nas fazendas e usinas pelo cumprimento das leis. **Voz do Povo**, Maceió, 09 fev. 1964. p. 1-4.

1964: ELO entre 1963 e 1965. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 01 jan. 1964. p. 4.

30 FAZENDAS da Usina Leão e de uma da Usina Santa Clotilde em greve pelo 13°. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 29 jan. 1964. p. 6.

50 MIL camponeses de Alagoas irão a greve pelo 13° mês de salário. **A Voz do Povo**, Maceió, 18 jun. 1964. p. 1.

A CORAJOSA posição do Governo de Alagoas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 04 abr. 1964. p. 1.

ALAGOAS durante o domingo último viveu a beira de uma convulsão sem precedentes. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 31 mar. 1964. p. 1.

AO POVO alagoano. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 05 abr. 1964. p. 1.

A POLÍCIA preserva a ordem eliminando focos de agitação. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 03 abr. 1964. p. 4.

ARQUIVO PÚBLICO DE ALAGOAS. **Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Têxtil de Fernão Velho – 1953-1964**. Ata de reunião de 11 de março de 1964. Maceió, 1964.

AS CLASSES produtoras aplaudem e apoiam atitude do Secretário. **Diário Oficial**, Maceió, 17 jan. 1964. p. 1.

ASSOCIAÇÃO Comercial de Palmeira: aplausos e apoio ao governador. **Diário Oficial**, Maceió, 24 jan. 1964. p. 1.

CAMPONESES de Alagoas ameaçam com greve se não for pago o Décimo Terceiro salário até o dia 27. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 18 jan. 1964. p. 6.

CAMPONESES VÃO receber décimo terceiro mês. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 23 jan. 1964. p. 6.

CAMPONESES RECEBERÃO décimo terceiro de salário: usineiros concordam. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 06 fev. 1964. p. 6.

COMEÇA a faltar gasolina. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 09 jan. 1964. p. 6.

DECRETADA Greve Geral no estado como protesto. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 31 mar. 1964. p. 1.

DIVULGAÇÃO do Movimento Popular pela Democracia. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 26 mar. 1964. p. 1.

ESTADO às vésperas da paralisação total: falta gasolina por falta de pulso firme. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 14 jan. 1964. p. 6.

GOLPE foi preparado com antecedência. **Tribuna**, Maceió, 28 mar. 2004. p. 16.

GOVERNADOR completa hoje terceiro ano de sua administração eficiente. **Diário Oficial**, Maceió, 31 jan. 1964.

GOVERNO DE ALAGOAS foi o primeiro a se solidarizar com o movimento de Minas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 04 abr. 1964. p. 6.

GOVERNO interveio e garantiu o abastecimento em todo o estado pelo preço real. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 16 jan. 1964. p. 6.

GREVE CONTINUA: gasolina cada vez mais cara. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 12 jan. 1964. p. 6.

GREVE dos trabalhadores em combustíveis pretende paralisar o estado: gasolina nem para coletivo. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 10 jan. 1964.

HISTÓRIA de um comício que não houve. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 03 abr. 1964. p. 2.

JÁ DESARTICULADOS os focos comunistas do estado, mas polícia prossegue em constantes diligências. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 05 abr. 1964. p. 5.

MAIS esclarecimentos sobre a greve em quatro fazendas. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 30 jan. 1964. p. 6.

MARCHA com Deus, pela liberdade em Maceió. **Diário da Noite**, Recife, 03 abr. 1964. p. 2.

MARCHA da família alagoana. **Diário Oficial**, Maceió, 04 abr. 1964. p. 1.

PROTESTOS de massas contra o espancamento do líder camponês José Pedro de Lima. **Voz do Povo**, Maceió, Ano XVII, n.26, 04 ago. 1963.p. 2.

REVOLUÇÃO de 64 enfrenta “crise dos 40”. **Tribuna**, Maceió, 28 mar. 2004. p. 10.

SINDICATO dos portuários é o último foco de agitação comunista no estado. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 04 abr. 1964.p. 4.

SINDIPETRO e SJPEA. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 11 jan. 1964. p.5-6.

SURUAGY afirma que período foi ‘promissor’ para Alagoas. **Tribuna**, Maceió, 28 mar. 2004. p. 16.

TRABALHADORES resistiram bravamente. **Tribuna**, Maceió, 28 mar. 2004. p. 9.

VITORIOSA greve dos trabalhadores em combustíveis. **A Voz do Povo**, Maceió, 18 jan. 1964. p. 1.

Fontes secundárias

ALVES SANTOS, James Washington. **O Poder dos Militares nas “Mãos” de um Civil: Ditadura Militar e o 1º Governo Suruagy em Alagoas**. Maceió: UFAL, 2009 (Mímeo).

ALVES, Márcio Moreira. **Teotônio, Guerreiro da Paz**. Petrópolis: Vozes, 1983.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Alagoas 1980-1992: a esquerda em crise**. Maceió: EDUFAL, 1993.

COSTA, Rodrigo José da. **O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)**. 2013. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-graduação em História, Recife.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidades e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. São Paulo: Marco Zero, 1989. 317p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhadores na crise do populismo: utopia e reformismo, In: TOLEDO, Caio Navarro. **1964: Visões críticas do golpe**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 2006.

FERREIRA, Jorge. O governo João Goulart e o golpe civil militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). In: **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil e militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política (1961-1964)**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1990.

GRYNSZPAN, Mario; DEZENOME, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964) – as esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LINS, Enio. **Alagoas: Pastoril de Trágicas Jornadas**. Edição eletrônica do Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: <www.fundaj.gov.br>. Acesso em: 08 jun. 2006.

MAJELLA, Geraldo de. **Rubens Colaço: paixão e vida – a trajetória de um líder sindical**. Maceió/Recife: Edições Bagaço, 2010a.

MAJELLA, Geraldo de. (Org.). **O PCB em Alagoas: documentos (1982-1990)**. Maceió: EDUFAL, 2010b.

MATTOS, Marcelo Badaró. O governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, pp. 245-263, São Paulo, jan./jun. 2008.

MEDEIROS, Fernando Antonio Mesquita. **O homo inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Alagoas: Sindicatos Rurais e Dominação**. 1990. 203 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, Itaguaí.

MIRANDA, Anivaldo de. **Alagoas e o Golpe de 1964**. Maceió: Edições do Partido Popular Socialista/PPS, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SALDANHA, José Alberto. **A Mitologia Estudantil**. Maceió: SERGASA, 1994.

SALDANHA, José Alberto. **A Indústria Têxtil, a classe operária e o PCB**. Maceió: Edufal, 2011.

STARLING, Heloisa. **Os senhores das gerais – os novos inconfidentes e o golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano – Sociedade Política (1930-1964). vol. III. São Paulo: Difel, 1983.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo (o impeachment de Muniz Falcão)**. Maceió: EDUFAL, 2007.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964, o golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, p.13-28, São Paulo, jan./jun. 2004a.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, n. 19, p. 27-48, Rio de Janeiro, 2004b.

TOLEDO, Caio Navarro. **A democracia populista golpeada. 1964: visões críticas do golpe**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Recebido em setembro de 2013.
Aprovado em fevereiro de 2014.